



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000266-96.2015.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Títulos de Crédito**  
Requerente: **REGINA CÉLIA PISANELLI DE RUZZA**  
Requerido: **BERDOG PETSHOP INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que a autora esclareceu ser credora da primeira ré em decorrência da emissão de cheques que não foram descontados por insuficiência de fundos.

Alegou ainda que a primeira ré encerrou irregularmente suas atividades, de modo que as demais rés deveriam responder pela obrigação atinente àquelas cartões.

A preliminar suscitada em contestação merece acolhimento.

Com efeito, afigura-se precipitada a discussão em torno da possibilidade da desconstituição da personalidade jurídica da primeira ré com o propósito de, desde já, firmar-se a responsabilidade das demais rés pelo cumprimento da obrigação em apreço.

Não há nos autos certeza do encerramento irregular das atividades da primeira ré, afigurando-se os documentos de fls. 55 e 57 por si só insuficientes para estabelecer convicção nesse sentido.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Em princípio, a obrigação contraída pela primeira ré haverá de ser suportada por ela e somente se a alternativa não se revelar viável se poderá cogitar do chamamento de suas sócias para tanto.

Isso, porém, haverá de ser apurado em momento oportuno e adequado para a devida decisão, com o que não se confunde a propositura da ação – em sede de processo de conhecimento – partindo de premissa ainda não patenteadas.

Acolho, portanto, a prejudicial para declarar a ilegitimidade passiva ad causam das rés **ANA CAROLINA ADURENS CORDEIRO e PATRÍCIA DE CUZZO CURY**.

No mérito, a pretensão deduzida prospera.

Ela está alicerçada nos cheques coligidos a fls. 05/06 e deles consta como beneficiária a autora enquanto pessoa física.

Inexiste referência de que os títulos dissessem respeito a alguma empresa de que eventualmente participe a autora, de sorte que ela ostenta possibilidade para a promoção da demanda.

No mais, a emissão dos cheques não foi negada pela ré, a qual, como se não bastasse, não invocou motivo específico e concreto que pudesse levar à ideia de irregularidade dos mesmos, além de não demonstrar interesse no alargamento da dilação probatória.

Não se pode olvidar que o cheque é título de crédito abstrato e formal, consistente em ordem de pagamento à vista que não está vinculado a negócio subjacente.

Diante disso, a discussão em torno de sua causa debendi apenas se justifica em situações excepcionais, quando presentes indícios seguros de que sua emissão tenha sido ilegítima.

A jurisprudência em casos afins é assente nessa direção:

*“MONITORIA - Cheque prescrito - Título que se apresenta como prova escrita e não como título executivo - Desnecessária indicação da causa debendi - Ausência de prova de fatos extintivos ou modificativos do direito do autor, ônus do apelante - Sentença mantida - Recurso não provido”* (Apelação nº 990.10.059184-3, Rel. Des. **HERALDO DE OLIVEIRA**).

*“MONITORIA - Cheque prescrito - Título de crédito que embora prescrito não perde características de autonomia e abstração - Desnecessária discussão sobre a causa debendi - Empresa de Factoring - Transferência dos títulos por meio de contrato de fomento mercantil - Emitente impossibilitado de opor ao endossatário de boa-fé, exceção pessoal que teria contra o endossante após transferência por endosso - Artigo 25 da Lei 7.357/85 - Sentença de extinção anulada - Ação monitoria procedente - Recurso provido”* (Apelação nº 990.10.197485-1, Rel. Des. **HERALDO DE OLIVEIRA**).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Essa orientação aplica-se com justeza à hipótese vertente mutatis mutandis, de sorte que o pleito exordial há de ter agasalho.

Isto posto, julgo extinto o processo sem julgamento de mérito em relação às rés **ANA CAROLINA ADURENS CORDEIRO e PATRÍCIA DE CUZZO CURY**, com fundamento no art. 267, inc. VI, do Código de Processo Civil, e no mais **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré **BERDOG PETSHOP INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.** a pagar à autora a quantia de R\$ 31.520,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 27 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**